



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

11/02/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. ASSESSORIA.....	1
1.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	2
1.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3 - 5
2. JORNAL AQUI	
2.1. FORAGIDOS.....	6
2.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	7
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CÂMARA CÍVEL.....	8
3.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	9
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	10
4.2. CÂMARA CÍVEL.....	11 - 12
4.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	13
4.4. VARAS ESPECIAIS.....	14
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AVISO.....	15
5.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	16
5.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	17 - 19
5.4. VARAS ESPECIAIS.....	20
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	21 - 22
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. INSTITUCIONAL.....	23
7.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	24 - 25
7.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	26 - 28
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	29
8.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	30 - 31
8.3. VARAS ESPECIAIS.....	32 - 33
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	34
9.2. JULGAMENTOS.....	35 - 36
9.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	37 - 45
10. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
10.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	46
10.2. CÂMARA CÍVEL.....	47
10.3. VARAS ESPECIAIS.....	48

FESTEJANDO muito: Um ano após a implementação do serviço, em 07 de fevereiro de 2010, o perfil do TJMA na rede social Twitter já conta com 1.155 seguidores, dentre magistrados, juristas, autoridades diversas, servidores e demais interessados...

A AÇÃO, a cargo da Assessoria de Comunicação Social, foi implementada no Plano de Ação Estratégica da Assessoria de Comunicação da Presidência do TJMA da atual gestão, que desenvolve diversos produtos voltados para a divulgação das atividades do Tribunal de Justiça e seus magistrados e servidores...

Mantida prisão de traficante por transporte de drogas em trem da Vale

Tiago dos Santos P. de A. Neto teve negado ontem, recurso contra condenação a 16 anos e 10 meses de reclusão por tráfico de drogas e associação para o crime. Ele e Elilson Dutra Santos foram presos em flagrante pela Polícia Federal, em 28 de outubro de 2007, em São Luís, quando desembarcavam do trem de passageiros da Companhia Vale do Rio Doce. Provenientes de Marabá (PA), os dois traziam duas malas contendo 50 quilos de maconha, configurando tráfico interestadual de drogas, utilizando-se de transporte público.

Por unanimidade, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recusou os argumentos da apelação e decidiu pelo improvemento do recurso, nos termos do voto do relator, desembargador Raimundo Nonato de Souza, e de acordo com parecer

da Procuradoria Geral de Justiça. Acompanharam o voto os desembargadores Bernardo Rodrigues (revisor) e Maria dos Remédios Buna.

Segundo inquérito policial e denúncia do Ministério Público, por causa da intensificação da fiscalização das polícias Federal e Rodoviária Federal nas rodovias à época, traficantes passaram a utilizar o trem de passageiros para o transporte de drogas no percurso entre Parauapebas e São Luís.

Na data da prisão, policiais federais de Marabá informaram ao Núcleo de Operações de Inteligência Policial do Maranhão que, provavelmente, dois homens embarcaram naquela cidade, transportando grande quantidade de entorpecentes. Os policiais maranhenses se deslocaram para a estação do Anjo da Guarda, observaram os suspeitos

e os abordaram quando colocavam a bagagem no porta-malas de um táxi.

De acordo com o inquérito, os dois teriam confessado a propriedade e dito ter adquirido a droga em Tailândia (PA), de onde teriam ido de ônibus até Marabá. Em juízo, Tiago negou a autoria e disse ter atendido apenas a um pedido de ajuda de um desconhecido para carregar uma bolsa até o táxi.

Em sentença de novembro de 2009, o juiz Ailton Castro Aires, da 1ª Vara de Entorpecentes da capital, considerou inquestionável a materialidade do delito, e inconsistente, contraditória e infundada a versão de Tiago, condenando-o a uma pena definitiva de 16 anos e 10 meses de reclusão.



➡ Desembargador relator Raimundo Nonato de Souza

Presos ameaçam fazer outra rebelião em Pinheiro

Exibindo um documento em que autoridades judiciárias e policiais se comprometem em não transferir os presos da carceragem da Delegacia Regional de Pinheiro para o Complexo Penitenciário de São Luís.

O detento José Ramiro Moreira Araújo, de 18 anos, acusado de ser o líder do motim, deixou claro que se tal compromisso for desrespeitado um novo motim poderá ocorrer naquela unidade da Secretaria de Segurança Pública, que continua com o problema de superlotação nas dependências do DP. "Presos da Baixada que vai para Pedrinhas é morto", afirmou.

Os presos que se amotinaram continuam no "gaiolão" destinado ao banho de sol, onde aguardam a conclusão dos trabalhos de recuperação das celas, para que voltem aos mesmos. Dessa forma, o problema não terá solução imediata e vai continuar.

A delegada regional Laura Amélia Barbosa, os presos não podem ser transferidos para

algumas delegacias da região em função destas não contarem com carceragem apropriada, já que não possuem lajes e o teto é de telha comum, o que facilita a fuga dos detentos. A Secretaria de Segurança garantiu que obras de ampliação serão realizadas na carceragem do DP de Pinheiro.

Ramiro e outros detentos reclamaram da água servida, da superlotação, do tratamento e o veto, pela delegada, da entrada de ventiladores e televisores. "Faz muito calor por causa de muitos presos juntos. São 97 em apenas três celas", disse Ramiro.

Laura Amélia se defende dizendo que ao assumir a Regional já não havia ali televisores nos xadrezes e quanto aos ventiladores, os considera material de fácil transformação em arma.

José Ramiro, e Nilton Carlos Brito, de 21 anos, apesar de jovens, são apontados como os líderes do motim e estão sendo indiciados no inquérito instaurado para apurar responsabilidades, já que foram vistos

por policiais quando decapitavam os presos executados.

Entretanto ambos negam afirmando, ironicamente: "Aqui não teve líder e não sabemos de nada, não vimos nada", afirmou Ramiro. "Aqui não tem chefe. Se alguém quiser ser chefe, também morrerá", sentenciou Nilton Carlos.

Relembrando o caso - O motim na carceragem da Delegacia Regional de Pinheiro teve início na noite de segunda-feira e foi encerrado nas primeiras horas da tarde de terça-feira depois de 15 horas de terror e negociações.

Deixou um saldo macabro de seis mortos, sendo quatro por decapitação. Os 91 presos que ocupavam três celas de em 3 m² foram levados para o "gaiolão" e ali permanecem 75 presos tendo em vista que 16 foram transferidos para a carceragem do 1º DP de Pinheiro e para outras delegacias da Baixada maranhense.

Corregedor alerta para risco de novas rebeliões de presos no Estado



➔ Corregedor Guerreiro Junior

Pág. 3

Corregedor alerta para risco de novas rebeliões de presos no estado

A chacina de presos esta semana em Pinheiro - onde seis deles foram mortos por companheiros de cela - pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária, alerta o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassinato de 19 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado. Os dois casos chocaram o país pela decapitação de corpos. "É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e porque ocorreram", observa.

Para Guerreiro Júnior, as duas tragédias sinalizam o processo falimentar do sistema prisional brasileiro, que precisa ser repensado como um todo. "O Maranhão apenas repete os defeitos de outros estados. O curioso é que não tenham ocorrido antes, visto que o problema se arrasta há anos

e recebe dois alimentos vigorosos - a falta de investimento em novos presídios e a evidente desumanização do aparelho carcerário.

"São urgentes a construção de penitenciárias e, em paralelo, disseminar uma política racional de atenção contínua ao encarcerado, a exemplo das propostas do CNJ quanto ao tema. Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar de outras chacinas", aponta.

Ainda segundo o corregedor, o caos carcerário no estado atinge proporções incontroláveis. Como não há vagas disponíveis nas penitenciárias, as delegacias do interior se transformaram em presídios regionais e são obrigadas a receber desde presos comuns a condenados. Nesse ambiente, em geral pobre em espaço e higiene, a superpopulação é fator de risco constante.

Guerreiro Júnior isenta o Judiciário de culpa pelas barbáries em Pedrinhas e Pinheiro. "Nossos juízes, em maioria, trabalham com afinco. Pro-

va disso é que as cadeias estão abarrotadas de presos". Para ele, o momento não é para apontar responsáveis e, sim, buscar soluções inteligentes à crise carcerária.

O corregedor disse que irá orientar os juízes auxiliares da GGJ a examinar a situação processual e prisional de presos de justiça durante as correições a comarcas e varas, conforme entendimento com dirigentes da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na quarta-feira, 9.

Nesse sentido, Guerreiro Júnior expediu nesta quinta-feira, 10, ofício a todos os magistrados no qual solicita que seja encaminhado à CGJ um relatório de todos os feitos de réus presos, condenados ou provisórios, existentes na vara ou comarca, com a data da efetiva prisão.

Anexo ao ofício, enviou modelo de relatório que traz, entre outros, dados sobre o número do processo, a data da prisão, a natureza da prisão, o nome do preso e o nome do estabelecimento prisional.

▶ QUE AZAR!

Foi registrar ocorrência e acabou em "cana"

Jeovan de Assis Ferreira Cardoso, de 26 anos, procurou o Plantão da Rffsa para registrar um assalto. Segundo Jeovan, ele estava em uma agência bancária na Rua da Paz, Centro, quando um homem supostamente armado o abordou e levou o seu cartão do banco e senha.

Quando a plantonista acionou o banco de dados para registrar o Boletim de Ocorrência, foi descoberto que Jeovan era procurado pela Justiça, e que havia um mandado de prisão contra ele. No mesmo instante foi dada voz de prisão ao jovem.

Jeovan contou ao **Aqui-MA** que já esteve preso por oito meses, na Delegacia do Bequimão, por ter cometido um assalto, mas o advogado dele conseguiu tirá-lo da prisão. "Ele me tirou da cadeia, mas não me falou que a sentença

NEIDSON MOREIRA/IMP/D.A.PRESS.



NA PRISÃO, JEOVAN DISSE QUE NÃO SABIA DA CONDENAÇÃO

ainda não havia sido julgada e que eu tinha sido condenado, eu não estava sabendo de nada e estava vivendo normalmente", contou.

► PINHEIRO

CALDEIRÃO FERVENDO

Presos ameaçam nova rebelião em Pinheiro, caso haja transferência de detentos para prisões da capital

DOUGLAS CUNHA

O clima ainda não esfriou na Delegacia de Pinheiro. O detento **José Ramiro Moreira Araújo**, de 18 anos, acusado de ser o líder do motim, deixou claro que se o acordo de não transferir presos for quebrado, outro motim pode ocorrer na prisão. Ele se refere ao documento assinado por autoridades judiciárias e policiais se comprometendo em não transferir os presos da carceragem da Delegacia Regional de Pinheiro para o Complexo Penitenciário de São Luís. José Ramiro teme pela vida nas prisões da capital. "Preso da Baixada que vai para Pedrinhas é morto", declarou o jovem presidiário.

Enquanto as celas depredadas estão passando por consertos, os presos que se amotinaram continuam no "gaiolão" destinado ao banho de sol. A delegada regional Laura Amé-

KARLOS GERÔMY/O IMP/D A PRESS



lia Barbosa informou que os presos não podem ser transferidos para delegacias da região, pois não contam com carceragem apropriada, já que não possuem lajes e o teto é de telha comum, o que pode facilitar a fuga dos detentos.

Ramiro e outros detentos reclamaram da água servida, da superlotação, do tratamento e o veto, pela delegada, da entrada de ventiladores e televisores. "Faz muito calor por causa de

muitos presos juntos. São 97 em apenas três celas", disse Ramiro. A delegada se defende, dizendo que ventiladores podem ser transformados facilmente em armas. José Ramiro e Nilton Carlos Brito, de 21 anos, são apontados como os líderes do motim. Eles foram vistos por policiais quando decapitavam os presos. Os dois negam. "Aqui não tem chefe. Se alguém quiser ser chefe, também morrerá", sentenciou Nilton Carlos.

Câmara Cível condena Telemar por cobrança de débito indevido de consumidor

A operadora Telemar (Telecomunicações do Maranhão S/A) deverá pagar o valor de R\$12.500,00 a um consumidor que teve seu nome incluído, indevidamente, no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), em 2004.

A decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem, 10, confirmou a sentença do juízo da 3ª Vara Cível de São Luís.

Consta nos autos do processo que, em maio de 2003, o cliente solicitou a instalação de uma linha telefônica, a qual ficou com as contas atrasadas por quatro meses, ocasionando o corte total do serviço. O débito

foi pago posteriormente e a linha cancelada.

Meses depois, quando foi realizar a compra de um veículo, o consumidor soube que a transação comercial não seria possível, pois seu nome constava no SPC. Para sua surpresa, ao verificar no órgão competente o responsável pela inserção de seu nome na restrição, ficou surpreso ao constatar que a Telemar cobrava outra dívida. Depois, recebeu, ainda, uma correspondência da empresa, informando sobre a dívida, já quitada.

A relatora do processo, desembargadora Raimunda Bezerra foi acompanhada pelos desembargadores Marcelo Carvalho e Jorge Rachid.

Corregedor alerta para o risco de novas rebeliões de presos no estado

A chacina de presos esta semana em Pinheiro - onde seis deles foram mortos por companheiros de cela - pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária, alerta o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassinato de 19 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado. Os dois casos chocaram o país pela decapitação de corpos. "É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e porque ocorreram", observa.

Para Guerreiro Júnior, as duas tragédias sinalizam o processo falimentar do sistema prisional brasileiro, que precisa ser repensado como um todo. "O Maranhão apenas repete os defeitos de outros estados. O curioso é que não tenham ocorrido antes, visto que o problema se arrasta há anos e recebe dois alimentos vigorosos - a falta de investimento em novos presídios e a evidente desumanização do aparelho carcerário.

"São urgentes a construção de penitenciárias e, em paralelo, disseminar uma política racional de atenção contínua ao encarcerado, a exemplo das propostas do CNJ quanto ao tema. Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar

de outras chacinas", aponta.

Ainda segundo o corregedor, o caos carcerário no estado atinge proporções incontroláveis. Como não há vagas disponíveis nas penitenciárias, as delegacias do interior se transformaram em presídios regionais e são obrigadas a receber desde presos comuns a condenados. Nesse ambiente, em geral pobre em espaço e higiene, a superpopulação é fator de risco constante.

Guerreiro Júnior isenta o Judiciário de culpa pelas bárbaras em Pedrinhas e Pinheiro. "Nossos juizes, em maioria, trabalham com afinco. Prova disso é que as cadeias estão abarrotadas de presos". Para ele, o momento não é para apontar responsáveis e, sim, buscar soluções inteligentes à crise carcerária.

O corregedor disse que irá orientar os juizes auxiliares da GGJ a examinar a situação processual e prisional de presos de justiça durante as correições a comarcas e varas, conforme entendimento com dirigentes da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na quarta-feira, 9.

Nesse sentido, Guerreiro Júnior expediu ontem, 10, ofício a todos os magistrados no qual solicita que seja encaminhado à CGJ um relatório de todos os feitos de réus presos, condenados ou provisórios, existentes na vara ou comarca, com a data da efetiva prisão.

Anexo ao ofício, enviou modelo de relatório que traz, en-

tre outros, dados sobre o número do processo, a data da prisão, a natureza da prisão, o nome do preso e o nome do estabelecimento prisional (ver documentos no final).

O GRITO DE PINHEIRO - Pinheiro, a 86 km de São Luís (região da Baixada), enfrentou rebelião de presos em junho de 2010. Cerca de 80 homens que dividiam os 77m² da delegacia fizeram reféns entre os colegas e ameaçaram matá-los caso não tivessem os pedidos atendidos.

Na época, o juiz Anderson Sobral de Azevedo determinou a transferência de 40 detentos para comarcas de origem e comarcas próximas. Em maio de 2007, o juiz deferiu requerimento do Ministério Público para interdição parcial na delegacia e para que a Secretaria de Segurança Pública fizesse reformas no local. Não houve cumprimento da decisão.

Para Guerreiro Júnior, a falta das providências pode ter sido uma das causas da rebelião ocorrida na última segunda-feira, 7.

TREM DA VALE

Mantida prisão de traficante por transporte de drogas

Tiago dos Santos P. de A. Neto teve negado ontem quinta-feira, 10, recurso contra condenação a 16 anos e 10 meses de reclusão por tráfico de drogas e associação para o crime. Ele e Elilson Dutra Santos foram presos em flagrante pela Polícia Federal, em 28 de outubro de 2007, em São Luís, quando desembarcavam do trem de passageiros da Companhia Vale do Rio Doce. Provenientes de Marabá (PA), os dois traziam duas malas contendo 50 quilos de maconha, configurando tráfico interestadual de drogas, utilizando-se de transporte público.

Por unanimidade, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recusou os argumentos da apelação e decidiu pelo improvido do recurso, nos termos do voto do relator, desembargador Raimundo Nonato de Souza, e de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça. Acompanharam o voto os desembargadores Bernardo Rodrigues (revisor) e Maria dos Remédios Buna.

Segundo inquérito policial e denúncia do Ministério Público, por causa da intensificação da fiscalização das polícias Federal e Rodoviária Federal nas rodovias à época, tra-

ficantes passaram a utilizar o trem de passageiros para o transporte de drogas no percurso entre Parauapebas e São Luís.

Na data da prisão, policiais federais de Marabá informaram ao Núcleo de Operações de Inteligência Policial do Maranhão que, provavelmente, dois homens embarcaram naquela cidade, transportando grande quantidade de entorpecentes. Os policiais maranhenses se deslocaram para a estação do Anjo da Guarda, observaram os suspeitos e os abordaram quando colocavam a bagagem no porta-malas de um táxi.

De acordo com o inquérito, os dois teriam confessado a propriedade e dito ter adquirido a droga em Tailândia (PA), de onde teriam ido de ônibus até Marabá. Em juízo, Tiago negou a autoria e disse ter atendido apenas a um pedido de ajuda de um desconhecido para carregar uma bolsa até o táxi.

Em sentença de novembro de 2009, o juiz Ailton Castro Aires, da 1ª Vara de Entorpecentes da capital, considerou inquestionável a materialidade do delito, e inconsistente, contraditória e infundada a versão de Tiago, condenando-o a uma pena definitiva de 16 anos e 10 meses de reclusão.

COMARCAS

Justiça discute com Oi velocidade da Internet

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, e o corregedor geral de Justiça, Guerreiro Junior, discutiram ontem quinta-feira, 10, com o superintendente regional da Oi, Lúcio Gomes, o aumento da velocidade da internet nas comarcas do Estado, cujas melhorias técnicas deveriam ser efetivadas em dezembro de 2010.

Além do aumento de velocidade da conexão, o presidente Jamil Gedeon solicitou também a instalação urgente da rede banda larga em Morros e Olinda Nova, que ainda dependem de equipamentos da Oi para terem acesso à Internet.

O superintendente regional da Oi, Lúcio Gomes, garantiu que até o final deste mês pelo menos 42 comarcas, incluindo Imperatriz, já estarão com o sistema de Internet com megabits a mais.

"Os serviços forenses e os procedimentos judiciais a cargo de juízes e servidores precisam ser processados em tempo hábil e a potencialização da conexão de Internet é fundamental para garantir eficiência e agilidade nos serviços prestados pelo Judiciário", ressaltou Gedeon.

ON LINE - Na reunião, foi discutida ainda a implantação do sistema "Oficial de Justiça Online" no âmbito do Judiciário maranhense. Com

a ferramenta, todos os procedimentos dos oficiais de justiça seriam feitos eletronicamente utilizando um aparelho para esse fim disponibilizado pela Oi, que lançará os dados, em tempo real, no sistema do Judiciário. O projeto-piloto do sistema deverá ser implantado, em breve, em varas de São Luís.

Participaram da reunião, a diretora-geral do TJMA, Alessandra Darub, o diretor financeiro, Luis Carlos Calvet, o juiz auxiliar da Presidência, Raimundo Bogéa, o diretor de relações institucionais da Oi, Luis Maurício Lopes.



R\$ 12.500,00

Telemar codenada por cobrança indevida

A operadora Telemar (Telecomunicações do Maranhão S/A) deverá pagar o valor de R\$12.500,00 a um consumidor que teve seu nome incluído, indevidamente, no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), em 2004.

A decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem quinta-feira, 10, confirmou a sentença do juízo da 3ª Vara Cível de São Luís.

Consta nos autos do pro-

cesso que, em maio de 2003, o cliente solicitou a instalação de uma linha telefônica, a qual ficou com as contas atrasadas por quatro meses, ocasionando o corte total do serviço. O débito foi pago posteriormente e a linha cancelada.

Meses depois, quando foi realizar a compra de um veículo, o consumidor soube que a transação comercial não seria possível, pois seu nome constava no SPC. Para sua

surpresa, ao verificar no órgão competente o responsável pela inserção de seu nome na restrição, ficou surpreso ao constatar que a Telemar cobrava outra dívida. Depois, recebeu, ainda, uma correspondência da empresa, informando sobre a dívida, já quitada.

A relatora do processo, desembargadora Raimunda Bezerra foi acompanhada pelos desembargadores Marcelo Carvalho e Jorge Rachid.

PRESÍDIOS

Corregedor alerta para risco de novas rebeliões

A chacina de presos esta semana em Pinheiro - onde seis deles foram mortos por companheiros de cela - pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária, alerta o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassinato de 19 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado. Os dois casos chocaram o país pela decapitação de corpos. "É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e porque ocorreram", observa.

Para Guerreiro Júnior, as duas tragédias sinalizam o processo falimentar do sistema prisional brasileiro, que precisa ser repensado como um todo. "O Maranhão apenas repete os defeitos de outros estados. O curioso é que não tenham ocorrido antes, visto que o problema se arrasta há anos e recebe dois alimentos vigorosos - a falta de investimento em novos presídios e a evidente desumanização do aparelho carcerário.

"São urgentes a construção de penitenciárias e, em paralelo, disseminar uma política racional de atenção contínua ao encarcerado, a exemplo das propostas do CNJ

quanto ao tema. Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar de outras chacinas", aponta.

Ainda segundo o corregedor, o caos carcerário no estado atinge proporções incontornáveis. Como não há vagas disponíveis nas penitenciárias, as delegacias do interior se transformaram em presídios regionais e são obrigadas a receber desde presos comuns a condenados. Nesse ambiente, em geral pobre em espaço e higiene, a superpopulação é fator de risco constante.

Guerreiro Júnior isenta o Judiciário de culpa pelas barbáries em Pedrinhas e Pinheiro. "Nossos juízes, em maioria, trabalham com afinco. Prova disso é que as cadeias estão abarrotadas de presos". Para ele, o momento não é para apontar responsáveis e, sim, buscar soluções inteligentes à crise carcerária.

O corregedor disse que irá orientar os juízes auxiliares da GGJ a examinar a situação processual e prisional de presos de justiça durante as correições a comarcas e varas, conforme entendimento com dirigentes da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na quarta-feira, 9.

Nesse sentido, Guerreiro Júnior expediu nesta quinta-feira, 10, ofício a todos os magistrados no qual solicita que seja encaminha-

do à CGJ um relatório de todos os feitos de réus presos, condenados ou provisórios, existentes na vara ou comarca, com a data da efetiva prisão.

Anexo ao ofício, enviou modelo de relatório que traz, entre outros, dados sobre o número do processo, a data da prisão, a natureza da prisão, o nome do preso e o nome do estabelecimento prisional.

O grito de Pinheiro

Pinheiro, a 86 km de São Luís (região da Baixada), enfrentou rebelião de presos em junho de 2010. Cerca de 80 homens que dividiam os 77m² da delegacia fizeram reféns entre os colegas e ameaçaram matá-los caso não tivessem os pedidos atendidos.

Na época, o juiz Anderson Sobral de Azevedo determinou a transferência de 40 detentos para comarcas de origem e comarcas próximas. Em maio de 2007, o juiz deferira requerimento do Ministério Público para interdição parcial na delegacia e para que a Secretaria de Segurança Pública fizesse reformas no local. Não houve cumprimento da decisão.

Para o corregedor, a falta das providências anunciadas pode ter sido uma das causas da rebelião ocorrida na última segunda-feira, 7.

MANDADO

Decretada preventiva de vereador de Açailândia

Juscelino Oliveira estaria foragido recusando-se a pagar Pensão Alimentícia para filho menor de idade.

O vereador e ex candidato a deputado estadual pelo Partido Progressista - PP, Juscelino Oliveira teve Mandato de Prisão decretado pela Justiça maranhense. Nos autos do processo nº 4676-04.2001.8.10.0001 da Ação de Execução de Alimentos, o Juiz Marcelino Chaves Everton da 2ª Vara da família, requisitou força policial para auxiliar o Oficial de Justiça no cumprimento do mandado.

Determinou também o encaminhamento de cópia de mandado e decreto prisional, à Secretaria de Segurança e a

Polícia Militar do Estado.

O magistrado em sua sentença, afirma que as alegações proferidas por Juscelino Oliveira foram insuficientes, enfatizando a obrigação alimentar por parte do genitor. O juiz, em sua sentença afirma, "O direito à prestação alimentícia é obrigação inescusável do alimentante (menor), pois a dívida constituída refere-se a verbas de natureza alimentar (urgentes e indisponíveis).

O político de origem da cidade de Pedreiras - MA, radicalizado há anos na região, sempre defensor de uma postura ética e moral, se vê envolvidos em processos policiais e judiciais, manchando sem currículo de homem público.

**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2011 - Processo n.º 37.709/2010**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública que fará realizar sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Resolução n.º 01/2004 TJ-MA, Decreto Estadual n.º 24.629/08, e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para contratação de empresa especializada na área de fabricação e montagem de mobiliário com a finalidade de detalhar e executar o projeto arquitetônico de interiores do Gabinete do Desembargador José Bernardo Rodrigues, às 14:00 horas (horário local) do dia 24/02/2011, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na Sala da CPL (Sala 03) do Prédio da Diretoria Administrativa, situado na Rua de Nazaré, 173, Centro, São Luís-MA. A Pregoeira informa que o edital se encontra disponível na Divisão de Licitação e Contratos, sito à Rua de Nazaré, nº 173, Centro, São Luís- MA, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia disquete, CD-R ou pen-drive.

São Luís, 10 de fevereiro de 2011.

FLÁVIA GOMES XIMENES ARAGÃO
Pregoeira Oficial do TJ/MA

Juizado

Desde as primeiras horas de ontem, o funcionamento do 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Parque Universitário - Uema) foi suspenso devido ao corte elétrico provocado pela falta de pagamento da conta de energia. O pagamento é de responsabilidade da prefeitura da Universidade Estadual do Maranhão. Com vistas a solucionar o problema, a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, comunicou a ocorrência ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e ao presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon.

TJ anuncia novo mutirão carcerário no Maranhão

Foi realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão, na tarde de ontem, a primeira reunião preparatória do III Mutirão Carcerário no Maranhão, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado em parceria com o Poder Judiciário do Estado. A reunião foi conduzida pelo juiz auxiliar do Conselho e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execuções de Medidas Socioeducativas (DMF), Luciano Losekann. Ficou acertado que o mutirão será realizado de 17 de março a 20 de abril.

Além do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio Guerreiro, e do coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJ, desembargador Froz Sobrinho, participaram da reunião os juizes Douglas de Melo, Fernando Mendonça e José Alberto Costa; a procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos; os promotores Marcos Aurélio Fonseca, Núbia Zeile e Francisco de Aquino; o defensor-público-geral do Estado, Aldy Melo,

e a secretária estadual de Direitos Humanos, Luiza Oliveira.

Durante as atividades do mutirão, serão analisados processos de presos condenados visando à concessão de benefícios como liberdade condicional, progressão de regime e extinção da pena, de acordo com cada caso. Os trabalhos serão realizados em três pólos: São Luís, Imperatriz e Timon.

Roteiro - O juiz do CNJ apresentou um roteiro de trabalho que inclui medidas preparativas para a realização do mutirão. "Os mutirões a serem realizados seguem uma nova sistemática, a fim de observar os princípios do juiz e do promotor para evitar conflitos. A proposta é que as prisões sejam reapreciadas pelos próprios juizes que a decretaram", explicou.

Ele destacou os projetos realizados pelo Judiciário do Maranhão junto à população carcerária e que a experiência será compartilhada com todo o Brasil.

Guerreiro Júnior alerta para o risco de novas rebeliões

Corregedor-geral de Justiça diz que o momento não é para apontar responsáveis, e sim de buscar soluções para a crise no estado

A chacina de presos esta semana em Pinheiro - quando seis deles foram mortos por companheiros de cela - pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superlotação carcerária. O alerta é do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, que fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassinato de 18 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado. Os dois casos chocaram o país pela decapitação das vítimas. "É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e por que ocorreram", observa o corregedor.

Para o corregedor, o caos carcerário no estado atinge proporções incontroláveis. Como não há vagas disponíveis nas penitenciárias, as delegacias do interior se transformaram em presídios regionais e são obrigadas a receber desde presos comuns a condenados. Nesse ambiente, em geral pobre em espaço e higiene, a superpopulação é fator de risco constante.

Guerreiro Júnior isenta o Judiciário de culpa pelas barbáries em Pedrinhas e Pinheiro. "Nossos juízes, em maioria, trabalham com afinco. Prova disso é que as cadeias estão abarrotadas de presos". Para ele, o momento não é para apontar responsáveis, e sim buscar soluções inteligentes à crise carcerária.

Orientação - O corregedor disse que irá orientar os juízes auxiliares da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) a examinar a situação processual e prisional de presos de Justiça durante as correições a comarcas e varas, conforme entendimento com dirigentes da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), na quarta-feira, 9. Nesse sentido, Guerreiro Júnior expediu ontem ofício a todos os magistrados no qual solicita que seja encaminhado à CGJ um relatório de todos os feitos de réus presos, condenados ou provisórios, existentes na Vara ou Comarca, com a data da efetiva prisão.

Anexo ao ofício, enviou modelo de relatório que traz, entre outros, dados sobre o número

do processo, a data da prisão, a natureza da prisão, o nome do preso e o nome do estabelecimento prisional.

Falência - Para Guerreiro Júnior, as tragédias de Pedrinhas e Pinheiro sinalizam o processo falimentar do sistema prisional brasileiro, que precisa ser repensado como um todo. "O Maranhão apenas repete os defeitos de outros estados. O curioso é que não tenham ocorrido antes, visto que o problema se arrasta há anos e recebe dois alimentos vigorosos: a falta de investimento em novos presídios e a evidente desumanização do aparelho carcerário.

"São urgentes a construção de penitenciárias e, em paralelo, disseminar uma política racional de atenção contínua ao encarcerado, a exemplo das propostas do Conselho Nacional de Justiça [CNJ] quanto ao tema. Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar de outras chacinas", disse o magistrado.

Arquivo



Corregedor-geral Antônio Guerreiro Júnior alerta sobre novas rebeliões

Mais

Pinheiro, a 86 quilômetros de São Luís (região da Baixada), enfrentou rebelião de presos em junho de 2010. Cerca de 80 homens que dividiam os 77m² da delegacia fizeram reféns entre os colegas e ameaçaram matá-los caso não tivessem os pedidos atendidos. Na época, o juiz Anderson Sobral de Azevedo determinou a transferência de 40 detentos para comarcas de origem e comarcas próximas. Em maio de 2007, o juiz deferira requerimento do Ministério Público para interdição parcial na delegacia e para que a Secretaria de Segurança Pública fizesse reformas no local. Não houve cumprimento da decisão. Para o corregedor, a falta das providências anunciadas pode ter sido uma das causas da rebelião ocorrida na segunda-feira, 7.

Pensão

Um vereador de Açailândia pode acabar perdendo o mandato por questões envolvendo sua própria família.

Juscelino Oliveira (PP), apontado como um dos mais combativos parlamentares no que diz respeito à ética e moral, teve a prisão decretada por não pagar pensão alimentícia.

Para a Justiça, já é considerado foragido.

■ Mutirão

Foi realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão na tarde desta quinta-feira (10) a primeira reunião preparatória do III Mutirão Carcerário no Maranhão, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado em parceria com o Poder Judiciário do Estado. A reunião foi conduzida pelo juiz auxiliar do Conselho e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execuções de Medidas Socioeducativas (DMF), Luciano Losekann. Ficou acertado que o mutirão será realizado de 17 de março a 20 de abril.

■ Reunião

Além do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro e do coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJ, desembargador Froz Sobrinho, participaram da reunião os juízes Douglas de Melo, Fernando Mendonça e José Alberto Costa; a procuradora geral de Justiça, Fátima Travassos; os promotores Marcos Aurélio Fonseca, Núbia Zeile e Francisco de Aquino; o defensor-público geral do Estado, Aldy Melo e a Secretária Estadual de Direitos Humanos, Luiza Oliveira.

■ Condenados

Durante as atividades do mutirão serão analisados processos de presos condenados visando à concessão de benefícios como liberdade condicional, progressão de regime e extinção da pena, de acordo com cada caso. Os trabalhos serão realizados em três polos: São Luís, Imperatriz e Timon. Será agendada uma reunião posteriormente com a coordenação local do mutirão para o encaminhamento do roteiro de trabalho. O propósito do mutirão é dar maior efetividade à justiça criminal, por meio de um diagnóstico da situação dos presos e da realidade dos presídios, como também garantir o cumprimento da lei de execuções penais, com a revisão dos processos.

■ Roteiro

O juiz do CNJ apresentou um roteiro de trabalho que inclui medidas preparativas para a realização do mutirão. "Os mutirões a serem realizados pela nova gestão do Conselho seguem uma nova sistemática, a fim de observar os princípios do juiz e do promotor para evitar conflitos. A proposta é que as prisões sejam reapreciadas pelos próprios juízes que a decretaram", explicou. Também destacou os projetos realizados pelo Judiciário do Maranhão junto à população carcerária e anunciou que a experiência local será compartilhada com todo o Brasil, em reunião a ser realizada em Brasília no final do mês, principalmente no que se refere às ações do Grupo de Monitoramento Carcerário instituído no Tribunal.

Terceiro mutirão carcerário do MA

O mutirão será realizado de 17 de março a 20 de abril

Foi realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão na tarde desta quinta-feira (10) a primeira reunião preparatória do III Mutirão Carcerário no Maranhão, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado em parceria com o Poder Judiciário do Estado. A reunião foi conduzida pelo juiz auxiliar do Conselho e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execuções de Medidas Socioeducativas (DMF), Luciano Losekann. Ficou acertado que o mutirão será realizado de 17 de março a 20 de abril.

Além do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro e do coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema

Carcerário do TJ, desembargador Froz Sobrinho, participaram da reunião os juízes Douglas de Melo, Fernando Mendonça e José Alberto Costa; a procuradora geral de Justiça, Fátima Travassos; os promotores Marcos Aurélio Fonseca, Núblia Zeile e Francisco de Aquino; o defensor-público geral do Estado, Aldy Melo e a Secretária Estadual de Direitos Humanos, Luiza Oliveira.

Durante as atividades do mutirão serão analisados processos de presos condenados visando à concessão de benefícios como liberdade condicional, progressão de regime e extinção da pena, de acordo com cada caso. Os trabalhos serão realizados em três polos: São Luís, Imperatriz e Timon. Será agendada uma reunião posteriormente com a coordenação local do mutirão para o encaminhamento do roteiro de trabalho.



PERGUNTAR
NÃO OFENDE

DO QUE ADIANTA A POLÍCIA CUMPRIR
MANDADO DE PRISÃO DO JUDICIÁRIO, SE
VEM DE SEUS PRÓPRIOS MEMBROS OS
HABEAS-CORPUS A POLÍTICOS CORRUPTOS,
ASSASSINOS, ESTUPRADORES E OUTROS
CRIMINOSOS?

CEMAR CORTA ENERGIA DA UEMA DE IMPERATRIZ

PÁGINA 12

Campus apagado

Débito com Cemar leva a corte no fornecimento de energia para Uema, em Imperatriz

DANIEL FERNANDES

Uma dívida da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), campus de Imperatriz, com a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) resultou em um corte de energia em todo o edifício que abriga a universidade na manhã de ontem. Alunos do campus que estavam em aula foram surpreendidos pelo apagão e ocuparam ruas e entradas do edifício em protesto. O corte impediu também o funcionamento do 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que funciona nas dependências da universidade.

O diretor do campus de Imperatriz, Expedito Barroso, declarou que o apagão teve início por volta das 10h e perdurou por mais de uma hora, sendo que a energia foi reestabelecida às 11h15. No entanto, informações da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) do Maranhão relataram que o apagão teve início “às primeiras horas da manhã desta quinta-feira”.

Tentando solucionar o pro-

blema, a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, entrou em contato com o corregedor-geral de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e com o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, comunicando a ocorrência. “Estamos dependendo da intermediação do Judiciário para que o Juizado volte a funcionar normalmente”, declarou a coordenadora no momento do apagão. Ao meio-dia, a Corregedoria divulgou nota em seu site relatando a normalização da energia elétrica no local.

A Cemar confirmou em nota o débito por parte da Uema, mas não divulgou valores. O diretor Expedito Barroso confirmou a O IMPARCIAL o apagão, mas não mencionou os motivos e nem débitos da instituição com a empresa provedora de energia elétrica. Após a confirmação da Cemar, O IMPARCIAL procurou novamente a Uema, mas não obteve respostas sobre o corte de energia. Durante a tarde de ontem, o fornecimento de energia para o campus de Imperatriz estava normal.

Confira nota da Cemar

A Cemar esclarece que a Uema, campus de Imperatriz, tem uma pendência relativa ao pagamento do consumo de energia elétrica. E por não obter sucesso após diversas tentativas de negociar o pagamento da mesma, decidiu, com base na legislação do setor elétrico brasileiro, interromper o fornecimento da energia elétrica. A Companhia informa ainda que a energia elétrica já foi restabelecida em virtude da negociação com a diretoria da Uema em Imperatriz.

Polícia volta a achar armas nas celas em Pinheiro

PÁGINA 11

PINHEIRO

Mais armas nas celas da delegacia

SANDRA VIANA

Dois aparelhos celular, um carregador, três chuchos e uma serra foram encontrados por agentes da Regional de Pinheiros, durante revista de rotina, na tarde de ontem. Segundo a delegada titular, Laura Amélia Barbosa, havia suspeitas da existência de armas nas celas. Passados três dias da violenta rebelião que culminou com seis mortos, sendo quatro decapitados, ainda não havia sido feita revista na carceragem. Na ocasião da rebelião, os agentes descobriram mais de 20 chuchos de vergalhão. A serra encontrada é, provavelmente, a utilizada pelos detentos para decapitar os presos-reféns na rebelião. Por conta do achado, alguns presos foram remanejados de suas celas.

Hoje, representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) devem visitar a delegacia para avaliar a situação do local e dos detentos. "Estamos aguardando a visita e qualquer apoio é bem vindo, apesar de termos a situação sobre controle", disse a delegada. A problemática da Regional de Pinheiro foi nacionalmente divulgada e culminou com uma visita ao estado do Ministério da Justiça, José Eduardo Cardoso, na última quarta-feira. Da visita ficou firmado o convênio com o governo do estado no valor de R\$ 20 milhões para construção, dentro de seis meses, de um presídio em Bacabal e outro em Pinheiro. (SV).

ALERTA GRAVE

A chacina de presos esta semana em Pinheiro pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária. Quem fez o alerta ontem foi ninguém menos que o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. “É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e porque ocorreram”, observou.

Na Uema

Corte de energia interrompe funcionamento do 2º Juizado

Desde as primeiras horas desta quinta-feira, 10, o funcionamento do 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Parque Universitário – UEMA) foi suspenso devido a corte elétrico provocado pela falta de pagamento da conta de energia. O pagamento é de responsabilidade da prefeitura da Universidade Estadual do Maranhão.

Com vistas a solucionar o problema, a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, comunicou a ocorrência ao corregedor geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, e ao presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon.

“Estamos dependendo da intermediação do Judiciário para que o Juizado volte a funcionar normalmente”, esclarece a coordenadora.

GUERREIRO JÚNIOR ALERTA:

Mais cabeças podem rolar

A chacina de presos esta semana em Pinheiro – onde seis deles foram mortos por companheiros de cela – pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária, alerta o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. O corregedor fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassinato de 19 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado.



página 3

Corregedor alerta para risco de novas rebeliões de presos no estado

A chacina de presos esta semana em Pinheiro – onde seis deles foram mortos por companheiros de cela – pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária, alerta o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassi-



Corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior

nato de 19 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado. Os dois casos chocaram o país pela decapitação de corpos. “É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e porque ocorreram”, observa.

Para Guerreiro Júnior, as duas tragédias sinalizam o processo falimentar do sistema prisional brasileiro, que precisa ser repensado como um todo. “O Maranhão apenas repete os defeitos de outros estados. O curioso é que não tenham ocorrido antes, visto que o problema se arrasta há anos e recebe dois alimentos vigorosos – a falta de investimento em novos presídios e a evidente desumanização do aparelho carcerário.

“São urgentes a construção de penitenciárias e, em paralelo, disseminar uma política racional de atenção contínua ao encarcerado, a exemplo das propostas do CNJ quanto ao tema. Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar de outras chacinas”, aponta.

Ainda segundo o corregedor, o caos carcerário no estado atinge proporções incontornáveis. Como não há vagas disponíveis nas penitenciárias, as delegacias do interior se transformaram em presídios regionais e são obrigadas a receber desde presos comuns a condenados. Nesse ambiente, em geral pobre em espaço e higiene, a superpopulação é fator de risco constante.

**Vereador tem
Mandado de Prisão
decretado pela Justiça**
página 2

Vereador de Açailândia tem Mandado de Prisão decretado pela Justiça

O vereador e ex candidato a deputado estadual pelo Partido Progressista – PP, Juscelino Oliveira teve Mandado de Prisão decretado pela Justiça maranhense. Nos autos do processo nº 4676-04.2001.8.10.0001 da Ação de Execução de Alimentos, o Juiz Marcelino Chaves Everton da 2ª Vara da família, requisitou força policial para auxiliar o Oficial de Justiça no cumprimento do mandado.

Determinou também o encaminhamento de cópia de mandado e decreto prisional, à Secretaria de Segurança e a Polícia Militar do Estado.

O magistrado em sua sentença, afirma que as alegações proferidas por Juscelino Oliveira foram insuficientes, enfatizando a obrigação alimentar por parte do genitor. O juiz, em sua sentença afirma, “O direito à prestação alimentícia é obrigação inescusável do alimentante (me-

nor), pois a dívida constituída refere-se a verbas de natureza alimentar (urgentes e indisponíveis).

O político de origem da cidade de Pedreiras – MA, radicalizado há anos na região, sempre defensor de uma postura ética e moral, se vê envolvidos em processos policiais e judiciais, manchando sem currículo de homem público. Segundo informações, Juscelino Oliveira estaria foragido, para não efetuar o pagamento da Pensão Alimentícia, e nem ser encontrado pelas autoridades policiais para não ser recolhido à prisão.

A Câmara de Vereadores de Açailândia deverá tomar um posicionamento, por falta de Decoro Parlamentar do vereador. Maiores informações, da prisão de Juscelino Oliveira, ou do desfecho do Mandado de Prisão contra o mesmo, na edição deste sábado.

❖❖ Acabam de ser restabelecidos os serviços no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Parque Universitário – Uema), interrompidos às primeiras horas da manhã de ontem, 10, em função de corte de energia elétrica motivado por falta de pagamento.

❖❖ Responsável pela quitação da dívida, a Universidade Estadual do Maranhão providenciou o religamento da energia no Campus, onde funciona o 2º Juizado.

Ladrões babilônicos na Lei do Talião

(Só o Código de Hamurábi, sem habeas-corpus, para deter prefeitos maranhenses corruptos, como Nenzim, de Barra do Corda. As Vinhas da Ira. Parangolé de artistas pelos Direitos Humanos)

Herbert de Jesus Santos (*)

Conferidos nos dedos, a Polícia Federal já realizou três operações e a prisão de 13 prefeitos e seus asseclas, no Maranhão, desde 2007, contudo, os ladrões dos recursos públicos passam uns dias na penitenciária, prestam depoimento, e vão para a casa com habeas-corpus na algibeira, sem a devolução da pilhagem e mais conceituados, como se a acusação da roubalheira os inocentassem para sempre. O mais recente na mira da PF foi o prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa(PV), o Nenzim, de 71 anos, que fugiu nessa semana da Operação Astiages (Saqueadores de Cidades, em babilônico), com a mulher, Francisca Teles de Sousa (Santinha) e João Batista Magalhães, que teria ligação máxima com o vice-governador Washington Luiz Oliveira (PT), aquele, lobista, espécie de larápio no Terceiro-Mundo que pressiona parlamentares e funcionários governamentais, visando a benefícios para si e a quem representa.

Quanto foi noticiado, Nenzim só deu sinal de vida com a primeira-dama e o cumpincha, depois de ter reservado, a peso de ouro, via famoso advogado, no Superior Tribunal de Justiça, o documento que, pela banalização da remessa e a freguesia usual, não deve mais ser, ao pé da letra, o direito constitucional que garante a liberdade do cidadão ante ilegalidade, ou abuso de poder, com promessa de depor na PF, assim que julgar que pode sair ileso do esconderijo. Sem a mesma providência, caíram na ratoeira os outros integrantes do esquema criminoso, dentre familiares próximos dos fora-da-lei — o prefeito e a consorte—, que, com estes, surrupiaram coisa de R\$ 50 milhões: Pedro Alberto Teles de Sousa (filho e secretário de Finanças); Sandra Maria Teles de Sousa (filha); genro, nora e “laranjas”, que emprestaram o nome para a aquisição de aeronaves, carros e jóias luxuosos, numa cifra de R\$ 5 milhões. A PF investiga ainda outro filho, o deputado estadual Rigo Teles (do PV) por 20 imóveis seus de procedência duvidosa, com insinuação de que há algo mais de podre no reino das imobiliárias. No episódio barra-cordense, puseram as raposas no galinheiro familiar.

Salta aos olhos que gente, qual Nenzim, mesmo habituado a impor sua truculência em pessoa, só tem vergonha de ser presa às escâncaras, apesar dos delitos, praticamente, à vista de todos, e medo do adversário mais poderoso, como, também, não passa de pusilânime, no fundo, na perseguição de cangaceiro aos indefesos pés-de-chinelo que lhe ousam oposição. Aliás, com todo respeito a Lampião e Maria Bonita, Os Reis do Cangaço, que faziam uma espécie de Bando Social e “Rachid Abdalla” na partilha dos assaltos, às vezes, com dinheiro para os mais pobres sertanejos, e não fugiam, se a polícia no seu encalço, a mando das oligarquias que, cometendo bandidagens oficializadas, sempre empobreceram o Nordeste, com a democracia brasileira ficando para as calendas gregas. Esse Nenzim está dando provas e títulos de que não foi escolado naquela safadeza verbal de “roubou, mas trabalhou”, porém na de ladroagem vultosa, com a agravante de ameaça, ou violência à vítima, e com suficiência para pagar, regamente, pela sua soltura, ou habeas-corpus. Este, que lhe custou os olhos da cara, seria isso em toda a acepção do termo, na Babilônia (de onde se originou a Operação da PF Astiages), do rei Hamurábi,

cujo Código, baseado na Lei de Talião, era “Olho por olho, dente por dente, vida por vida”: eram mutilações, mortes, punições severas, indenizações pesadas; toda acusação tinha o exame rigoroso de legisladores e magistrados, para o não cometimento de injustiça nem absolvição do culpado, sendo aí sem eira nem beira, ou potentado.

Essa derrama de habeas-corpus (“Que haja o corpo presente para o julgamento”, no latim do Direito Romano) protegeu do xadrez, igualmente, outros prefeitos do Estado, que só apresentam o corpo presente para marretar a burra pública. Foram as detenções de Zé Tude (de Araiões), Cleomar Tema (Tuntum) e das prefeitas Sônia Campos (Axixá), Iara Quaresma (Nina Rodrigues), Marinalva Sobrinho (Tufilândia) e Heloísa Leitão (Alcântara), a única que teve a cerimônia de, ao escapar fedendo do xilindró, não concorrer à eleição de 2008, talvez por já haver dois mandados consecutivos; as outras três regressaram à chefia da municipalidade, certamente por que o habeas-corpus sugere à população ingênua que o bandido está inocente. Sem essa grana toda, os melhores compatriotas não tiveram privilégio, se não exílio, tortura nos quartéis e desaparecimento, contra a ditadura militar(1964-85), que deixou a Nação aos piores bandoleiros do Brasil: os da politicagem e os colarinhos-brancos. Dentre essa corja de gestores, houve um, apropriadamente, “Mão de Ouro” (Antônio Rodrigues de Melo, de Satubinha); e os de Centro Novo, Marajá do Sena, Serrano do Maranhão, São Luís Gonzaga, Paulo Ramos, Montes Altos, Governador Edison Lobão, São Pedro de Água Banca. Em suma, são municípios miseráveis, forjados para ratazanas saquearem, facilitando que o Maranhão seja o mais atrasado, doente, analfabeto, com alta incidência de homicídios e, entre ilhas, não de excelência, todavia de famílias as mais ricas do País.

Com uma oposição pedante, covarde e burra, que esteve no poder estadual e, sem traquejo, tornou a entregar o ouro do povo, vale dizer que há outros malfazejos contra o Maranhão, além dos governantes agarrados pela PF: magistrados (juízes e desembargadores), políticos, pseudo-intelectualidade e outras lazeiras, salvaguardando-se as honrosas exceções, que são hienas, no reino animal da bandalheira, entretanto, raciocinam pouco, com decência, e pensam em levar a parte do leão, e com mais frequência, seja em lavagem de dinheiro. Todos são comparsas, pelo surgimento de mais marginais, prostituição infanto-juvenil e bolsões de miséria nas invasões e periferias das cidades, com a classe social baixa fora da fonte de renda, e as rebeliões nos presídios, virando moda, com a decapitação de apenados.

Os novos-ricos timbiras agem que nem os capitalistas de As Vinhas da Ira, de John Steinbeck, na chegada às plantações dos arrendatários: estes, em suas choupanas paupérrimas, aqueles, em limusines, que alteavam a voz, enquanto os humilhados baixavam a cabeça; e assim dedos finos tamborilavam nas vidraças dos carros e os calosos esgravatam a poeira. Não sabemos até quando será essa infâmia, aqui!

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS ACUSA O GOVERNO PELO CAOS NOS PRESÍDIOS

A Associação dos Magistrados do Maranhão anunciou ontem que não aceitará qualquer tentativa de imputar ao Judiciário a responsabilidade sobre a rebelião ocorrida no presídio de

Pinheiro, que resultou em seis presos mortos, com quatro decapitados. De acordo com o presidente da entidade, juiz José Brígido Lages, a responsabilidade pelo caos em que o sistema

prisional se encontra é do Poder Executivo. Brígido Lages esclareceu que mutirões processuais são apenas paliativos, mas não resolvem a questão da superlotação carcerária. PÁGINA 3

AMMA responsabiliza o Executivo pela falta de estrutura em presídios

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) não aceitará insinuações ou qualquer tentativa de imputar ao Judiciário a responsabilidade sobre a rebelião ocorrida no presídio de Pinheiro, que resultou em seis presos mortos, com quatro decapitados. De acordo com o presidente, juiz José Brígido Lages, a responsabilidade pelo caos em que o sistema prisional se encontra é do Poder Executivo. "O problema é falta de espaço e condições dignas para o cumprimento da pena. O Estado tem que construir mais presídios no Maranhão", destacou.

José Brígido Lages esclareceu que mutirões processuais realizados pelo Judiciário são apenas paliativos para o problema, mas não resolvem a questão da superlotação carcerária, que é muito grave no Maranhão.

Nas duas rebeliões com mortos, a primeira no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro de 2010, e agora em Pinheiro, foi constatado o excesso de presos nas celas. "Há quantos anos não se houve falar na construção de uma única penitenciária no Maranhão. Isso é lamentável e preocupante", disse Brígido Lages.

Na quarta-feira (9), Brígido Lages esteve reunido com o corregedor geral de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro, ocasião em que foi discutida a problemática do sistema prisional do Maranhão. Durante a reunião, o tesoureiro-adjunto da AMMA, juiz José Costa, destacou a sua preocupação com a

falta de espaço para os presos provisórios.

"Uma de nossas preocupações é que o Executivo possa ampliar e recuperar os espaços de réus provisórios no Maranhão. São recursos que devem ser do Estado. Um dos grandes entraves é onde colocar os presos provisórios, que estão amontoados em delegacias de polícia precárias. O próprio CNJ sugeriu que essa prática fosse extinguida", pontuou.

AMMA alertou - Inúmeros foram os alertas feitos pela Associação dos Magistrados sobre o caos instalado no sistema prisional do Maranhão. Sobre o presídio de Pinheiro, foi uma verdadeira tragédia anunciada pela AMMA.

Em junho do ano passado, preocupada com a superlotação carcerária nos presídios, a AMMA encaminhou ofício (leia aqui) ao secretário de Segurança Pública, Aluisio Guimarães Mendes Filho, solicitando que fossem resolvidos com urgência os problemas estruturais nas unidades prisionais do Estado, em especial na Delegacia Regional de Pinheiro, que no dia 3 de junho havia sido palco de rebelião de presos, com reféns e um ferido. Nenhuma providência foi tomada pelo Estado. "Querer agora atribuir a responsabilidade por essa tragédia aos juizes é uma postura inaceitável", disse o presidente da AMMA.

José Brígido Lages lembrou que a situação das unidades prisionais maranhenses há anos vem sendo objeto de inúmeras reivindicações por parte do Po-

der Judiciário, com o objetivo de obter dos órgãos responsáveis pela segurança pública no Estado soluções urgentes para o problema da superlotação carcerária e da falta de estrutura física nas delegacias. Segundo Brígido, o abandono dos presídios consiste em total desrespeito à lei de Execução Penal e ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Em março do ano passado, a AMMA publicou no seu Informativo Dia a Dia ampla reportagem alertando sobre o caos no sistema prisional do Maranhão, com ênfase para a superlotação carcerária, cobrando providências do Executivo e como os juizes de diversas Comarcas estavam tentando solucionar o problema. A reportagem foi vencedora do Prêmio AMB de Jornalismo 2010.

César Pires propõe debate ampliado sobre questão de presídios no Estado

O deputado César Pires (DEM) defendeu ontem que a Assembleia Legislativa faça, com urgência, uma discussão mais abrangente e ampliada sobre a questão dos presídios, de forma a que sejam sistematizadas, sob a forma de um documento, soluções para resolver os problemas do sistema penitenciário do Maranhão. "A minha proposta a esta Casa que todos façamos juntos, sob a liderança da Comissão de Justiça e da Comissão de Direitos Humanos, agregados às forças vivas do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Poder Executivo, um instrumento, um documento norteador para poder minimizar essas questões que estão acontecendo em nosso Estado", declarou César Pires.

Ao falar de sua proposta, o

deputado sugeriu que, de pronto, seja convocada uma reunião específica para tratar da questão na esfera do Judiciário, para avaliar a questão da superlotação carcerária. César Pires fez uma rápida abordagem da complexidade do problema que, segundo ele, não é exclusivo do Maranhão, já que os demais Estados da Federação também enfrentam dificuldades semelhantes na questão do enfrentamento da violência e da criminalidade.

César Pires lembrou que, recentemente, o Estado do Rio de Janeiro deflagrou uma dura operação contra o tráfico de drogas que estaria condenada ao fracasso, se não tivesse obtido a cooperação de diversos órgãos públicos e instituições da sociedade civil.

Corregedor alerta para risco de novas rebeliões de presos no estado

DIVULGAÇÃO

A chacina de presos esta semana em Pinheiro – onde seis deles foram mortos por companheiros de cela – pode se repetir em municípios que enfrentam problemas de superpopulação carcerária, alertou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O corregedor fundamenta a advertência em outra tragédia recente e em circunstâncias semelhantes: o assassinato de 18 presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em novembro do ano passado. Os dois casos chocaram o país pela decapitação de corpos. “É conveniente analisar a similaridade e o curto tempo entre os episódios, e porque ocorreram”, observou.

Para Guerreiro Júnior, as duas tragédias sinalizam o processo falimentar do sistema prisional brasileiro, que precisa ser repensado como um todo. “O Maranhão apenas repete os defeitos de outros estados. O curioso é que não tenham ocorrido antes, visto que o problema se arrasta há anos e recebe dois alimentos vigorosos – a falta de investimento em novos presídios e a evidente desumanização do aparelho carcerário”.

“São urgentes a construção de penitenciárias e, em paralelo, disseminar uma política racional de atenção contínua ao encarcere-



Desembargador Guerreiro Júnior teme novos motins com mortes

rado, a exemplo das propostas do CNJ quanto ao tema. Não é construindo zoológicos humanos que a sociedade irá se livrar de outras chacinas”, apontou.

Ainda segundo o corregedor, o caos carcerário no estado atinge proporções incontroláveis. Como não há vagas disponíveis nas penitenciárias, as delegacias do interior se transformaram em presídios regionais e são obrigadas a receber desde presos comuns a condenados. Nesse ambiente, em geral pobre em espaço e higiene, a superpopulação é fator de risco constante.

Guerreiro Júnior isentou o

Judiciário de culpa pelas barbáries em Pedrinhas e Pinheiro. “Nossos juízes, em maioria, trabalham com afinco. Prova disso é que as cadeias estão abarrotadas de presos”. Para ele, o momento não é para apontar responsáveis e, sim, buscar soluções inteligentes à crise carcerária.

O corregedor disse que irá orientar os juízes auxiliares da GGJ a examinar a situação processual e prisional de presos de justiça durante as correições a comarcas e varas, conforme entendimento com dirigentes da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), na quarta-feira, 9.

Nesse sentido, Guerreiro Júnior expediu ontem ofício a todos os magistrados no qual solicita que seja encaminhado à CGJ um relatório de todos os feitos de réus presos, condenados ou provisórios, existentes na vara ou comarca, com a data da efetiva prisão. Anexo ao ofício, enviou modelo de relatório que traz, entre outros, dados sobre o número do processo, a data da prisão, a natureza da prisão, o nome do preso e o nome do estabelecimento prisional.

O grito de Pinheiro – Pinheiro, a 86 km de São Luís (região da Baixada), enfrentou rebelião de presos em junho de 2010. Cerca de 80 homens que dividiam os 77m² da delegacia fizeram reféns entre os colegas e ameaçaram matá-los caso não tivessem os pedidos atendidos.

Na época, o juiz Anderson Sobral de Azevedo determinou a transferência de 40 detentos para comarcas de origem e comarcas próximas. Em maio de 2007, o juiz deferira requerimento do Ministério Público para interdição parcial na delegacia e para que a Secretaria de Segurança Pública fizesse reformas no local. Não houve cumprimento da decisão.

Para o corregedor, a falta das providências anunciadas pode ter sido uma das causas da rebelião ocorrida na última segunda-feira, 7.

Lavrador morto em rebelião lutava para não ser transferido

O lavrador que teve oito "filhos-netos" com duas filhas e foi assassinado na terça-feira (8) em uma rebelião no Maranhão relutava para não ser transferido da cadeia de Pinheiro (a 340 km de São Luís) para a penitenciária de Pedrinhas, na capital. Ele tinha medo de morrer em motins.

Condenado a 63 anos de prisão por estupro de duas filhas, com quem teve oito "filhos-netos", e ato libidinoso contra duas dessas "filhas-netas", o lavrador José Agostinho Bispo Pereira, 55, estava preso na cadeia desde o dia 8 de junho de 2010.

Na época, ele falou em entrevista à Folha de S. Paulo sobre o temor do presídio de Pedrinhas, cenário de muitas rebeliões. "Eu quero cumprir minha sentença aqui, perto de minha gente. Estou com medo de ir para as Pedrinhas", disse.

Mas o lavrador sabia que corria risco na cadeia de Pinheiro porque os presos não gostavam de estupradores. "Os (presos) daqui jogam café quente em mim, mas estou aguentando", contou. Sobre os estupros das filhas, Pereira disse, na ocasião, que não sabia que era crime, mas que tinha se arrependido. "O erro é humano, todo mundo erra", afirmou.

A delegada regional Laura Barbosa disse que Pereira cumpria sentença em uma cela com outros acusados por crimes de estupro. Recebia visitas da filha Maria Sandra Monteiro, com quem teve um "filho-neto".

Rebelião - Barbosa disse que a transferência do lavrador para o presídio de Pedrinhas foi solicitada, em

janeiro, ao sistema prisional.

E que, durante o motim, Pereira tornou-se um alvo. "O crime dele teve ampla repercussão. Os presos invadiram a cela dele, o arrancaram de lá e o decapitaram."

A cabeça do lavrador ficou pendurada em uma das celas durante a rebelião do início da semana. Segundo a delegada, policiais relataram que presos arremessaram-na de um corredor para outro.

Na rebelião, foram mortos outros cinco presos, acusados por assalto, tráfico e porte de arma e tentativa de furto. Três deles também foram decapitados.

A polícia ainda investiga quem cometeu os crimes e aguarda resultado de perícia para saber como Pereira foi assassinado. *(Folha de S. Paulo)*



**José Agostinho teve oito
filhos-netos com 2 filhas**

Editorial

Uma CPI para as prisões

No Supremo é Sarney quem reclama da judicialização da política. Pelos motivos errados, é claro. Normalmente, é a acefalia do Congresso Nacional quem está permitindo que a Justiça, diante de fatos concretos, legisle em lugar do Poder Legislativo e quase sempre criando mais confusão que solução.

Ao contrário disso tudo, talvez fosse melhor que se preocupassem todos com a politização da Justiça, posto que decisões na esfera do judiciário dizem respeito a demandas pessoais e coletivas que via de regra incidem sobre a normalidade do regime democrático.

No Maranhão, uma crise no Sistema Penitenciário está deixando sem fôlego toda e qualquer explicação sociopsicológica, pelo nível de monstruosidade que os caçadores de cabeça imprimem às rebeliões, esquarterando e decapitando colegas de cela, jogando futebol com as cabeças dos mortos e deixando a impressão de que o inferno fica perto daqui. Mas houve, finalmente, uma manifestação em coerência com a debilidade do Sistema Estadual de Segurança: a Ordem dos Advogados do Brasil (MA) através de seu presidente, Mário Macieira, discutindo as tragédias sistêmicas ocorridas nos presídios maranhenses, está propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, iniciativa que deveria ter partido do Poder Legislativo, para apurar essa constante carnificina, suas causas e efeitos e, quem sabe, tentar entender a irracionalidade que está transformando os presidiários maranhenses nos mais cruéis psicopatas da história do país.

É muito grave que a OAB precise dizer que estes motins não são casos isolados e que as denúncias em torno deles não estão sendo investigadas. Segundo matéria do Jornal Pequeno, no início do mês a OAB enviou ofício para cada uma de suas subseções, solicitando um diagnóstico das delegacias de cada uma das regiões a fim de que se elabore um relatório a ser entregue às autoridades.

Vão descobrir o endereço do inferno. E até ontem, quinta-feira, devia propor ao Conselho Seccional que seja encaminhado um pedido de abertura de CPI para o Sistema Carcerário ao Poder Legislativo. "Precisamos não apenas de medidas paliativas, tópicas, emergenciais. Não sabemos nem quem são os presos, quais são suas penas, fala-se em 1.900 presos" disse Macieira. Seriam 5 mil, segundo o ex-secretário de segurança, Raimundo Cutrim, além de 16 mil mandados de prisão a serem cumpridos.

Já se ouviram duzentas mil propostas para o Sistema Penitenciário do Maranhão; outras 500 mil foram dedicadas ao Sistema Estadual de Segurança. Um ministro estufado com a degola de presidiários no Estado desembarcou aqui com a proposta de R\$ 20 milhões para construir duas penitenciárias no espaço de seis meses.

É mais dinheiro que chega para solucionar um mesmo problema. Propõe-se agora uma CPI que não vai funcionar porque o parlamento parece ter perdido a coragem de encarar o Poder Executivo. E quanto a esse dinheiro vamos rezar para que não aconteça com ele o mesmo que aconteceu com os recursos da Fapema.

CNJ cria comissão para apurar mortes em delegacia do Maranhão

O Conselho Nacional de Justiça criou uma comissão para apurar os acontecimentos e as responsabilidades da rebelião que resultou na morte de pelo menos seis presos na Delegacia do 2º Distrito Regional do Município de Pinheiros, ocorrida na terça-feira (8).

O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ) coordenará uma vistoria no local. O resultado da investigação e os pedidos de providências serão encaminhados para o governo do estado, o Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.

Também ontem o CNJ se reuniu com autoridades locais para preparar o mutirão carcerário que ocorrerá no estado no mês de março.

Reunião no TJ discute o terceiro mutirão carcerário do Maranhão

Foi realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão, na tarde de ontem, a primeira reunião preparatória do III Mutirão Carcerário no Maranhão, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado em parceria com o Poder Judiciário do Estado. A reunião foi conduzida pelo juiz auxiliar do Conselho e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execuções de Medidas Socioeducativas (DMF), Luciano Lossekann. Ficou acertado que o mutirão será realizado de 17 de março a 20 de abril.

Além do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro; e do coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJ, desembargador Froz Sobrinho, participaram da reunião os juizes Douglas de Melo, Fernando Mendonça e José Alberto Costa; a procuradora geral de Justiça, Fátima Travassos; os promotores Marcos Aurélio Fonseca, Núbia Zeile e Francisco de Aquino; o defensor-público geral do Estado, Aldy Melo e a Secretária Estadual de Direitos Humanos, Lúiza Oliveira.

Durante as atividades do mutirão, serão analisados processos de presos condenados visando à concessão de benefícios como liberdade condicional, progressão de regime e extinção da pena, de acordo com cada caso. Os trabalhos serão realizados em três polos: São Luís, Imperatriz e Timon. Será agendada uma reu-

nião posteriormente com a coordenação local do mutirão para o encaminhamento do roteiro de trabalho.

Efetividade – O propósito do mutirão é dar maior efetividade à justiça criminal, por meio de um diagnóstico da situação dos presos e da realidade dos presídios, como também garantir o cumprimento da lei de execuções penais, com a revisão dos processos.

O juiz do CNJ apresentou um roteiro de trabalho que inclui medidas preparativas para a realização do mutirão. “Os mutirões a serem realizados pela nova gestão do Conselho seguem uma nova sistemática, a fim de observar os princípios do juiz e do promotor para evitar conflitos. A proposta é que as prisões sejam reapreciadas pelos próprios juizes que a decretaram”, explicou.

Também destacou os projetos realizados pelo Judiciário do Maranhão junto à população carcerária e anunciou que a experiência local será compartilhada com todo o Brasil, em reunião a ser realizada em Brasília no final do mês, principalmente no que se refere às ações do Grupo de Monitoramento Carcerário instituído no Tribunal.

O presidente do TJMA informou que a Corregedoria-Geral de Justiça enviou esta semana ofício a todos os magistrados com competência criminal e de execução penal do Maranhão determinando a reapreciação, no prazo de 10 dias, das prisões provisórias e o encaminhamento da relação de presos da cada juízo. A medida antecipou orientação

contida no relatório de trabalho apresentado pelo CNJ.

Gedeon solicitou o apoio do juiz auxiliar do CNJ para obter a doação antecipada de 50 aparelhos de digitalização de documentos (scanners) para estruturar os trabalhos nas comarcas do interior do Estado. O juiz Douglas Martins justificou que os equipamentos darão maior celeridade e economia ao mutirão, pois em vez de serem enviados vários processos para poucos servidores da capital virtualizarem, em cada juízo serão digitalizados o quantitativo de processos existentes, de forma mais rápida.

Contra tortura – Durante a reunião, Jamil Gedeon anunciou que foi assinado no dia 9 de fevereiro Portaria Conjunta entre o CNJ e TJMA instituindo grupo de trabalho para levantamento e apuração dos casos de abuso de autoridade, tortura e qualquer tipo de violência perpetrados por agentes públicos contra presos no Estado.

O grupo de trabalho terá o prazo de vinte dias, prorrogáveis por mais vinte, para apresentar resultados ao CNJ. Para o presidente, o Conselho tem evoluído nas execuções de mutirões e destacou que o Judiciário maranhense tem feito a sua parte em consonância com as demais instituições. “Somos cientes que o sistema carcerário estadual apresenta complexidades, porém são ações dessa natureza e em conjunto com as instituições públicas que podem colaborar para a resolução dos problemas”, concluiu.

Traficante vai continuar preso

Tiago dos Santos P. de A. Neto teve negado ontem, 10, recurso contra condenação a 16 anos e 10 meses de reclusão por tráfico de drogas e associação para o crime. Ele e Elilson Dutra Santos foram presos em flagrante pela Polícia Federal, em 28 de outubro de 2007, em São Luís, quando desembarcavam do trem de passageiros da Companhia Vale do Rio Doce. Provenientes de Marabá (PA), os dois traziam duas malas contendo 50 quilos de maconha, configurando tráfico interestadual de drogas, utilizando-se de transporte público.

Por unanimidade, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recusou os argumentos da apelação e decidiu pelo improvimento do recurso, nos termos do voto do relator, desembargador Raimundo Nonato de Souza, e de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça. Acompanharam o voto os desembargadores Bernardo Rodrigues (revisor) e Maria dos Remédios Buna.

PELO RECURSO

O recurso foi julgado pelo inquérito policial e denúncia do Ministério Público, por causa da intensificação da fiscalização das polícias Federal e

Rodoviária Federal nas rodovias à época, traficantes passaram a utilizar o trem de passageiros para o transporte de drogas no percurso entre Parauapebas e São Luís.

Na data da prisão, policiais federais de Marabá informaram ao Núcleo de Operações de Inteligência Policial do Maranhão que, provavelmente, dois homens embarcaram naquela cidade, transportando grande quantidade de entorpecentes. Os policiais maranhenses se deslocaram para a estação do Anjo da Guarda, observaram os suspeitos e os abordaram quando colocavam a bagagem no porta-malas de um táxi.

De acordo com o inquérito, os dois teriam confessado a propriedade e dito ter adquirido a droga em Tailândia (PA), de onde teriam ido de ônibus até Marabá. Em juízo, Tiago negou a autoria e disse ter atendido apenas a um pedido de ajuda de um desconhecido para carregar uma bolsa até o táxi.

Em sentença de novembro de 2009, o juiz Ailton Castro Aires, da 1ª Vara de Entorpecentes da capital, considerou inquestionável a materialidade do delito, e inconsistente, contraditória e infundada a versão de Tiago, condenando-o a uma pena definitiva de 16 anos e 10 meses de reclusão.

Telemar é condenada por cobrança indevida

A operadora Telemar (Telecomunicações do Maranhão S/A) deverá pagar o valor de R\$12.500,00 a um consumidor que teve seu nome incluído, indevidamente, no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), em 2004. A decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem, 10, confirmou a sentença do juízo da 3ª Vara Cível de São Luís.

Consta nos autos do processo que, em maio de 2003, o cliente solicitou a instalação de uma linha telefônica, a qual ficou com as contas atrasadas por quatro meses, ocasionando o corte total do serviço. O débito foi pago pos-

teriormente e a linha cancelada.

Meses depois, quando foi realizar a compra de um veículo, o consumidor soube que a transação comercial não seria possível, pois seu nome constava no SPC. Para sua surpresa, ao verificar no órgão competente o responsável pela inserção de seu nome na restrição, ficou surpreso ao constatar que a Telemar cobrava outra dívida. Depois, recebeu, ainda, uma correspondência da empresa, informando sobre a dívida, já quitada. A relatora do processo, desembargadora Raimunda Bezerra foi acompanhada pelos desembargadores Marcelo Carvalho e Jorge Rachid.

Decretada a prisão de vereador de Açailândia

O vereador e ex candidato a deputado estadual pelo Partido Progressista – PP, Juscelino Oliveira teve Mandato de Prisão decretado pela Justiça maranhense. Nos autos do processo nº 4676-04.2001.8.10.0001 da Ação de Execução de Alimentos, o Juiz Marcelino Chaves Everton da 2ª Vara da família, requisitou força policial para auxiliar o Oficial de Justiça no cumprimento do mandado.

Determinou também o encaminhamento de cópia de mandado e decreto prisional, à Secretaria de Segurança e a Polícia Militar do Estado.

O magistrado em sua sentença, afirma que as alegações proferidas por Juscelino Oliveira foram insuficientes, enfatizando a obrigação alimentar por parte do genitor. O juiz, em sua sentença afirma, “O direito à prestação alimentícia é obrigação inescusável do alimentante (menor), pois a dívida constituída referê-se a ver-

bas de natureza alimentar (urgentes e indisponíveis).

FORAGIDO

O político de origem da cidade de Pedreiras – MA, radicalizado há anos na região, sempre defensor de uma postura ética e moral, se vê envolvidos em processos policiais e judiciais, manchando seu currículo de homem público. Segundo informações, Juscelino Oliveira estaria foragido, para não efetuar o pagamento da Pensão Alimentícia, e nem ser encontrado pelas autoridades policiais para não ser recolhido à prisão.

A Câmara de Vereadores de Açailândia deverá tomar um posicionamento, por falta de Decoro Parlamentar do vereador. Maiores informações, da prisão de Juscelino Oliveira, ou do desfecho do Mandado de Prisão contra o mesmo, na edição deste sábado.